

## Vínculo no manejo da tuberculose na Atenção Primária à Saúde: ótica dos profissionais de saúde

Melisane Regina Lima Ferreira\*  
Alexsandra Araújo Santos\*  
Jeanne Lúcia Gadelha de Freitas\*  
Letícia Auxiliadora Fragoso da Silva\*\*  
Valéria Moreira da Silva\*  
Nathalia Halax Orfão\*

433

### Resumo

O modo como as unidades de saúde pertencentes à Atenção Primária à Saúde (APS) se organizam é considerado um elemento potencial em promover a construção de vínculo entre profissionais e doentes de tuberculose (TB). Objetivou-se analisar o vínculo para o manejo do cuidado ao doente de TB na APS no município de Porto Velho-RO, na percepção dos profissionais de saúde. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo inquérito, realizado de forma transversal a partir de abordagem quantitativa, com enfermeiros, médicos, técnicos/auxiliares de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde, por meio de entrevista utilizando a dimensão referente ao vínculo do questionário *Primary Care Assessment Tool (PCATool)*, que possui a escala Likert como categorias de respostas, e analisados pela classificação da média dos escores em insatisfatório (valores entre um e dois), regular (próximo a três) ou satisfatório (entre quatro e cinco), após atendidos os preceitos éticos. Foram entrevistados 266 profissionais de saúde, cuja percepção, independentemente da categoria profissional, foi satisfatória de modo geral para o vínculo, em relação à corresponsabilização dos casos de TB, aceitabilidade e necessidade de incentivos, além da avaliação do processo de trabalho da equipe de saúde, no entanto, mostrou-se regular quanto ao estigma da doença, o que dificulta mudanças no processo de trabalho das equipes de forma a potencializar as relações bilaterais. Diante desses achados, identifica-se a necessidade de reconhecer que a TB afeta todos os aspectos de vida e que o foco do cuidado longitudinal deve estar subjacente a todos os outros fatores relacionados ao tratamento.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Acolhimento. Relações Profissional-Paciente. Pesquisa sobre Serviços de Saúde. Atenção Primária à Saúde.

### INTRODUÇÃO

O modo como as unidades de saúde pertencentes à Atenção Primária à Saúde (APS) se organizam é considerado um elemento potencial em promover a construção de vínculo entre profissionais e doentes de tuberculose (TB), uma vez que permite o contato dos usuários e das famílias

com o serviço por meio da descentralização das ações de controle da doença<sup>1,2</sup>, o que facilita o processo de promoção da saúde e prevenção de agravos<sup>3</sup>.

Assim, o fortalecimento do vínculo na APS é considerado um recurso terapêutico que amplia a eficácia do manejo da TB,

DOI: 10.15343/0104-7809.202044433444

\* Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho/RO, Brasil  
\*\* Centro Universitário São Lucas – UniSL. Porto Velho/RO, Brasil  
E-mail: melisane1206@gmail.com

possibilitando que o usuário entenda o significado do autocuidado por meio da escuta, diálogo, respeito, integralidade, humanização, autonomia e cidadania<sup>4,5</sup>, o que sugere uma interdependência e depende do modo como as equipes se responsabilizam pela saúde das pessoas<sup>6</sup>.

No entanto, questiona-se o papel da APS enquanto ordenadora e coordenadora do cuidado na Rede de Atenção à Saúde (RAS) e sua resolutividade, visto que, no município de Porto Velho, no período de 2014 a 2016, 50,30% dos diagnósticos de TB foram realizados no serviço de referência terciária do estado<sup>7</sup>, o que pode contribuir com a baixa taxa de cura (67,4%), terceira maior taxa de abandono (18,6%) e segunda menor taxa para realização do Tratamento Diretamente Observado (TDO) (1,3%) do país<sup>8</sup>, revelando uma desarticulação entre gestão e serviços de saúde para o (re)conhecimento da população adscrita, comorbidades na área e a influência dos determinantes sociais de saúde, o que requer o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde nos territórios sanitários por meio de uma rede articulada de oferta de serviços.

Um estudo que buscou descrever como o vínculo tem contribuído (ou não) para o manejo do cuidado da TB na APS, evidenciou, com base em uma revisão integrativa da literatura, que as orientações a respeito da doença, do tratamento, de efeitos colaterais e de outros problemas de saúde; ser atendido pelos mesmos profissionais; educação em saúde; a operacionalização do TDO, visitas domiciliares (VD); capacitações e treinamentos da equipe de saúde interdisciplinar; a

família e rede de apoio social; a oferta de insumos e incentivos, a importância dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS); bem como a articulação com outros serviços de saúde se constituem como elementos potencializadores para a construção, estabelecimento e fortalecimento do vínculo. Por outro lado, o estigma da doença; problemas sociais e psicológicos durante o tratamento, tais como o uso de drogas e álcool; dificuldades no acesso ao diagnóstico e ao tratamento da TB; desestruturação, fragmentação dos serviços, e falhas no sistema de referência e contrarreferência são citados como elementos dificultadores e que não contribuem para o vínculo no manejo da TB<sup>9</sup>.

Este estudo justifica-se pela identificação de que as ações de saúde desenvolvidas durante o manejo da TB na APS ainda ocorrem de maneira descontínua e desarticulada entre os profissionais de saúde (integração horizontal) e serviços (integração vertical) da RAS, o que evidencia a predominância de um modelo de saúde fragmentado e assistencial<sup>4</sup>. Neste sentido, destaca-se a importância da identificação dos pontos de estrangulamento na organização e desempenho dos serviços de saúde, a partir da compreensão de aspectos que dificultam a reorientação de práticas e ofertas de serviços para o planejamento e integralidade da assistência que as condições crônicas exigem, dentre elas, a TB<sup>9</sup>.

Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar o vínculo para o manejo do cuidado ao doente de TB na APS no município de Porto Velho - RO, na percepção dos profissionais de saúde.

## MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo inquérito, realizado de forma transversal a partir de abordagem quantitativa, desenvolvido em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, localizado na Região Norte do país e pertencente ao território da Amazônia Legal.

Atualmente, a rede da APS do município é composta por 17 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 37 Unidades de Saúde da Família (USF), perfazendo um total de 54 estabelecimentos de saúde, distribuídas na zona urbana (20) e rural (33), sendo estas, subdividas em unidades terrestres (18) e ribeirinhas (15), bem como uma unidade móvel fluvial<sup>10</sup>. Neste estudo, foram considerados somente as unidades de saúde distribuídas na zona urbana.

A atenção à TB no município é descentralizada para a APS, considerada porta de entrada e o primeiro contato para os Sintomáticos Respiratórios (SR). Neste sentido, diante de um caso suspeito de TB, a APS é responsável pela avaliação clínica e solicitação dos exames diagnósticos para investigação do caso, bem como por todo manejo do cuidado que envolve o tratamento, tais como acompanhamento e controle mensal, TDO, investigação dos contatos e garantia de fluxo deste doente com os serviços de referência, quando necessário.

Como rede de apoio, no município existe apenas um Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e um consultório de rua. Além disso, conta com o suporte de serviços de referência, em nível ambulatorial, para o tratamento e acompanhamento da TB infantil, dos doentes coinfectados TB/HIV e com a forma clínica extrapulmonar; e no nível terciário, para o tratamento de TB drogarr resistente (TB-DR) e nos casos de internação por possíveis complicações, se necessário. Já para o

diagnóstico laboratorial, conta com o apoio de um laboratório municipal para as amostras de baciloscopia de escarro e realização do Teste Molecular Rápido para a TB (TMR-TB), e do laboratório estadual, encarregado das análises das amostras para cultura de escarro e teste de sensibilidade.

A população de estudo foi constituída pelos profissionais de saúde que atuam nas 76 equipes de Saúde da Família (eSF), implantadas na zona urbana do município, dentre eles enfermeiros (75), médicos (77), técnicos e auxiliares de enfermagem (188), bem como os ACS (397) que lidam com o manejo do cuidado aos doentes de TB nos serviços da APS.

Como critérios de inclusão utilizou-se todos aqueles que exerciam sua função por pelo menos 12 meses e que possuíam experiência na abordagem de pelo menos um caso de TB desde sua formação – não necessariamente na mesma unidade em que atuavam no momento da entrevista. Foram excluídos todos aqueles que estavam de férias e/ ou licença durante o período de coleta de dados.

Para o cálculo da amostra de profissionais a serem entrevistados, realizou-se um levantamento do número de profissionais que atuavam nos serviços de saúde da APS por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Para tal, considerando-se a população total de 737 profissionais atuantes nestas unidades, o n amostral foi estimado pela fórmula de cálculo amostral para população finita:

$$n = \frac{z_a^2 * N * P * (1 - P)}{\epsilon^2 * (N - 1) + z \frac{\alpha^2}{2} * (1 - p)}$$

Neste sentido, considerando um erro ( $\epsilon$ ) de 5%, um intervalo de confiança (Z) de 95%, proporção amostral (P) de 50% da população (N=737), 253 profissionais deveriam ser entrevistados, a partir da partilha proporcional definida para cada categoria profissional, sendo 136 ACS, 65 técnicos/ auxiliares de enfermagem, 26 médicos e 26 enfermeiros.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento, o questionário *Primary Care Assessment Tool (PCATool)*<sup>11</sup>, o qual foi adequado e validado para o Brasil<sup>12</sup> e, posteriormente, adaptado para a atenção à TB<sup>13</sup>. Ressalta-se que, a fim de atender os objetivos deste estudo, considerou-se apenas a dimensão vínculo da versão para profissionais de saúde, com 16 questões relacionadas à responsabilização dos casos de TB, estigma da doença, aceitabilidade e necessidade de incentivos, além da avaliação do processo de trabalho da equipe de saúde.

O instrumento possui como categorias de respostas apresentadas segundo a escala de Likert, com os valores entre zero – para a resposta “não se aplica”; e de um a cinco, referente ao grau de relação de preferência ou concordância com as afirmações: nunca, quase nunca, às vezes, quase sempre e sempre.

Os dados foram coletados no período de maio de 2018 a fevereiro de 2019, por meio de entrevista individual mediante agendamento prévio e realizados, exclusivamente, no local de trabalho destes profissionais de saúde, resguardando a privacidade dos mesmos. Sendo assim, este estudo parte do conceito de que o vínculo se constitui como uma tecnologia leve fundamental à consolidação da integralidade à saúde, por permitir a participação dos usuários como sujeitos autônomos e empoderados para o autocuidado, com sentimentos e necessidades que devem ser valorizadas pelos profissionais, a

fim de otimizar as ações e serviços direcionadas às necessidades e vulnerabilidades, tendo em vista a construção de um novo paradigma de cuidado aos doentes de TB.

Os dados coletados foram armazenados no Excel, da Microsoft e analisados a partir do software Statistica 13.0, da Statsoft, por meio de análise descritiva. E, para análise dos escores, determinou-se um escore médio para cada variável que corresponde à somatória de todas as categorias de respostas dividido pelo total de pessoas entrevistadas. De modo complementar, foi definido o escore médio da dimensão elencada para este estudo, que corresponde à somatória de todos os escores médios das variáveis, dividido pelo total de variáveis<sup>13</sup>.

A classificação dos escores médio obtidos foi realizada da seguinte maneira: insatisfatória (valores entre um e dois), regular (próximo a três) ou satisfatória (entre quatro e cinco)<sup>14</sup>, as quais possibilitaram analisar a dimensão vínculo dentro do contexto da APS na percepção dos profissionais de saúde.

Para a dimensão elencada neste estudo, dois formulários pertencentes à categoria dos ACS possuíam seis ou mais variáveis respondidas como “Não sabe” e/ou “Recusa”, as quais foram substituídas por “zero”, a fim de preservar o número total de profissionais entrevistados e não interferir nas médias dos escores, sejam elas das variáveis ou geral.

Algumas variáveis como “E10a. Sofrimento de algum tipo de preconceito por parte da família; E10b. Pelos colegas de trabalho; E10c. Pelos amigos; E10d. Pelos profissionais de saúde da unidade”, foram classificadas de forma inversa na escala Likert, sendo que as respostas “nunca” ou “quase nunca” tiveram uma classificação satisfatória em relação à “sempre” ou “quase sempre”.

Atendendo as recomendações contidas na

resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde<sup>15</sup>, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa conforme

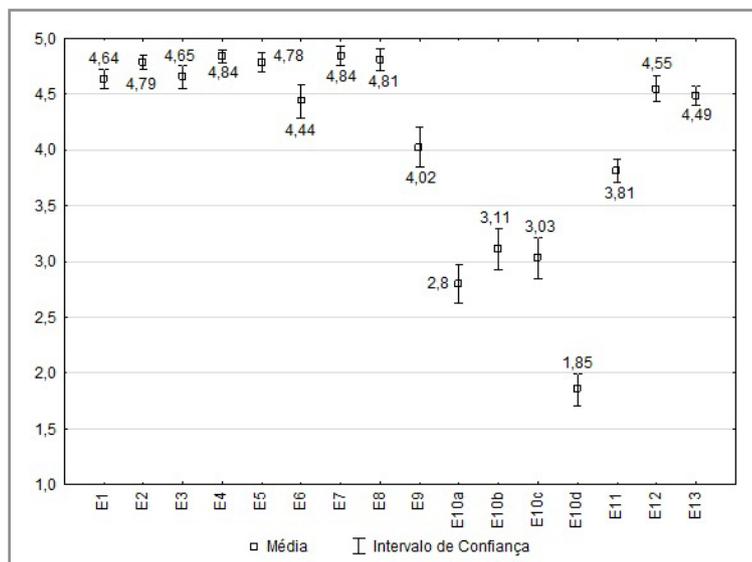
número de parecer 2.585.934, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue em duas cópias para cada entrevistado.

## RESULTADOS

Foram abordados 401 profissionais de saúde da APS do município, dos quais 120 foram excluídos, uma vez que, durante a coleta de dados, 73 não haviam tido experiência com pelo menos um caso de TB desde sua formação, 29 estavam de férias, 14 estavam de licença e quatro por não exercerem sua função há pelo menos 12 meses. Além disso, houveram 15 recusas e ao total, foram entrevistados 266 profissionais de saúde.

Independentemente da categoria profissional, o escore médio geral da dimensão vínculo foi considerado satisfatório (4,09) na perspectiva dos profissionais de saúde que lidam com o manejo da TB na APS, uma vez que as consultas ocorrem com o mesmo profissional de saúde; há o esclarecimento das dúvidas sobre o tratamento da TB, compreensão dos questionamentos pelos doentes, clareza ao

responder as dúvidas e disponibilização de tempo suficiente para isso; preocupação por parte dos profissionais com outros problemas ou necessidades de saúde dos doentes de TB; explicações sobre os medicamentos utilizados para o tratamento da doença; solicitação de informações sobre outros medicamentos utilizados pelo doente; e recomendação dos serviços pelos doentes de TB. Além disso, identificou-se na ótica dos profissionais, que os doentes não sofrem preconceito pelos profissionais de saúde da unidade; ocorre a aceitabilidade e a necessidade de incentivos para enfrentar a doença e continuar o tratamento, sendo bem avaliado o atendimento pela equipe de saúde aos doentes de TB. Por outro lado, mostrou-se regular em relação ao preconceito por parte da família, colegas de trabalho e amigos (Figura 1).



**Legenda** - E1. Consultas com o mesmo profissional de saúde; E2. Esclarecimento de dúvidas sobre o tratamento da TB com o mesmo profissional de saúde; E3. Compreensão das dúvidas/questionamentos dos doentes de TB pelos profissionais que os atendem; E4. Clareza em responder as dúvidas; E5. Tempo destinado para o doente expor suas dúvidas ou preocupações; E6. Preocupação dos profissionais com outros problemas de saúde ou necessidades do doente; E7. Explicação sobre os medicamentos utilizados para o tratamento da TB; E8. Solicitação de informações sobre outros medicamentos utilizados pelo doente de TB; E9. Recomendação dos serviços a amigos pelo doente de TB; E10a. Sofrimento de algum tipo de preconceito por parte da família; E10b. Pelos colegas de trabalho; E10c. Pelos amigos; E10d. Pelos profissionais de saúde da unidade; E11. Aceitabilidade do tratamento pelo doente de TB; E12. Necessidade de incentivos para enfrentar a doença e continuar o tratamento; E13. Avaliação do atendimento da equipe de saúde aos doentes de TB.  
Categorias de respostas: 1 - nunca; 2 - quase nunca; 3 - às vezes; 4 - quase sempre; 5 - sempre.

**Figura 1** – Distribuição das médias dos escores e intervalos de confiança das variáveis da dimensão vínculo, de acordo com os profissionais da APS entrevistados no período de maio de 2018 a fevereiro de 2019, Porto Velho, Rondônia, Brasil.

## DISCUSSÃO

Dentro do contexto da APS, o vínculo é capaz de gerar cooperação mútua, contribuindo para o acesso e adesão ao tratamento, visto que o fato de ser atendido pelo mesmo profissional culmina em sentimentos de acolhimento, respeito bilateral àquele que o acompanha durante as consultas e confiança<sup>16</sup>, uma vez que ficarão mais à vontade e seguros para expor e solucionar suas dúvidas, dificuldades e expectativas a respeito do seu processo terapêutico<sup>17-19</sup>, ofertando a continuidade do cuidado além da doença e atendendo outras necessidades dos usuários<sup>7</sup>.

A comunicação eficaz com enfoque na subjetividade permite a criação de um ambiente para que o doente possa refletir seu sofrimento, (re)conhecer a importância da continuidade do tratamento, os riscos e efeitos colaterais<sup>16</sup>, bem como assumir seu papel como sujeito protagonista e corresponsável pela sua saúde<sup>14,19</sup>. No entanto, ainda se questiona como vem sendo realizado as orientações quanto às possíveis interações medicamentosas que podem prejudicar a eficácia do tratamento para a TB, visto a quantidade de internações em nível terciário por complicações da doença.

Durante a coleta de dados, identificou-se que alguns profissionais se dividiam em algumas opiniões a respeito da corresponsabilização dos casos, ao afirmarem que ocorria mesmo diante de barreiras, a exemplo do acolhimento que deveria ser mais criterioso e organizado, uma vez que alguns profissionais o dificultavam; do pensamento de que as unidades não omitem o atendimento, mas o doente deveria ser o responsável pela sua busca; e que certas abordagens ocasionam constrangimento ao doente durante o diagnóstico e tratamento.

Isto vai de encontro a um estudo<sup>7</sup>, que questiona se os doentes de TB, além de terem suas dúvidas escutadas e respondidas, foram

considerados em seu silêncio, uma vez que as dificuldades, medo ou vergonha de se expressar – na maioria das vezes ocasionada pela relação de poder estabelecida pelo detentor de conhecimento/profissional, resultou em sua passividade no autocuidado.

Alguns profissionais durante as entrevistas, em sua maioria técnicos/auxiliares de enfermagem e ACS, afirmavam que as perguntas deveriam ser direcionadas ao enfermeiro e/ou médico, principalmente às relacionadas ao acompanhamento, orientações e perguntas sobre medicamentos e outros problemas de saúde. Outros afirmavam que as perguntas referentes às orientações para as dúvidas e questionamentos deveriam ser feitas aos usuários.

Isto revela o olhar para a atuação destes profissionais particularmente voltado às situações biológicas e críticas da doença e tratamento, sem levar em conta ações em saúde para a promoção e prevenção da TB, além de se eximir da responsabilidade em ser o facilitador do processo do cuidado e membro integrante da equipe responsável pelos casos e vigilância dos agravos, tal como a TB.

Em relação a recomendação dos serviços para um(a) amigo(a) ser atendido, identificou-se neste estudo um resultado satisfatório para todas as categorias profissionais da eSF, o que demonstra que ocorre a responsabilidade longitudinal pelo usuário com continuidade das relações profissional/equipe/unidade de saúde-usuário, independentemente da presença ou ausência da doença<sup>3</sup>, o qual gera um sentimento de resolutividade e, conseqüentemente, divulgação das ações de saúde e seus resultados obtidos à comunidade.

Um exemplo disto se refere a uma USF localizada próxima à comunidade ribeirinha do município, que vivenciou os impactos da cheia

no leito do Rio Madeira, ocorrida no ano de 2014, a qual interferiu no cotidiano e na saúde da população próxima ao local, as obrigando a viver em abrigos com condições precárias de saneamento e subsistência. De acordo com os profissionais desta unidade, algumas destas pessoas, por terem se tornado mais vulneráveis à infecção e, conseqüentemente, por terem adquirido TB, mesmo (sobre)vivendo em locais distantes da unidade, continuaram o tratamento com a equipe da unidade, além de recomendarem os serviços à familiares e amigos, o que reflete o estabelecimento de vínculo e corresponsabilização entre profissionais e a comunidade, bem como o enfoque longitudinal do cuidado.

Para que esta responsabilização seja eficiente, é necessário que os profissionais da eSF (re)conheçam seu papel dentro da APS na medida em que está se insere como responsável pelos casos de TB, uma vez que em algumas entrevistas, os profissionais relatavam a dificuldade de se atingir o vínculo por conta do incentivo de outros profissionais a procurar outras unidades de saúde ou até mesmo serviços de referência para o tratamento, o que pode retardar o diagnóstico e início da ingesta medicamentosa, agravar o estado de saúde e culminar em desfechos desfavoráveis.

Considerando o escore regular relacionado ao estigma da doença pela família, colegas de trabalho e amigos, foi possível identificar a persistência do teor social e excludente da TB, que é um agravo envolto de tabus e crenças de natureza simbólica cercada de estigmas e preconceitos<sup>6,20</sup>, o que, para o doente de TB, gera sofrimento e impactos negativos, tais como na autoestima, transtornos emocionais e entraves para a adesão ao tratamento<sup>16,21</sup>.

Neste sentido, verifica-se como o estigma da doença influencia no vínculo devido a algumas práticas dentro da família, trabalho e círculo de amigos, principalmente no que se

refere às formas equivocadas de precaução contra o contágio e à falta de compreensão da doença, o que interfere nas dimensões sociais, econômicas e espirituais do indivíduo<sup>22</sup>, e ressalta a necessidade de educação em saúde sobre a TB<sup>23</sup>.

Alguns profissionais afirmavam que as perguntas relacionadas ao estigma da TB deveriam ser direcionadas para os doentes responderem, pois não conheciam os amigos, colegas de trabalho e alguns familiares, o que questiona até que ponto os profissionais abordam sobre outros aspectos além da TB, reconhecendo como parte do processo de cuidado, o qual reflete no modo que as equipes atuam nas ações de educação em saúde com a família e comunidade a respeito da TB, a fim de minimizar o estigma sobre a doença.

Nesta perspectiva, evidencia-se que o apoio e a participação da família no enfrentamento da doença auxiliam no fortalecimento do vínculo, adesão ao tratamento, mudança de hábitos, conforto emocional e estímulo para o progresso do tratamento<sup>6,21</sup>, mas que não deve eximir os profissionais de saúde de suas próprias responsabilidades de suporte<sup>24</sup>.

Já para os colegas de trabalho e amigos, estudos apontam que o estigma da TB é elevado dentro da comunidade em geral e, por conta disso, alguns doentes não revelam sua condição clínica a nenhum membro de seu círculo social – trabalho, lazer, por medo de discriminação em relação aos próprios doentes e/ou sua família, perda de emprego e isolamento social<sup>24</sup>, o que questiona até que ponto a comunidade compreende sobre o que é a TB e como a eSF poderia intervir nestes casos.

Mesmo a variável satisfatória relacionada ao estigma da TB pelos profissionais de saúde, a maioria deles no estudo referiram que “quase nunca” ou “nunca” os doentes de TB sofriram preconceito pelos profissionais da unidade, principalmente pelos responsáveis pela

recepção. No entanto, verificou-se durante a coleta de dados, algumas falas pontuais divergentes de tais achados, que caracterizam o estigma pelos profissionais de saúde pelo desconhecimento das ações de prevenção e contágio da TB, atitudes segregadoras e reducionistas, o que reflete a falta de uma autocrítica enquanto a persistência do estigma no tratamento nos dias atuais, evidenciando um distanciamento imposto socialmente entre o doente e profissional, além do olhar para o outro e não para si.

A aceitabilidade do tratamento da TB pelos doentes foi considerada satisfatória neste estudo. No entanto, alguns fatores de risco para desfechos desfavoráveis foram ressaltados pelos profissionais de saúde nas entrevistas, a exemplo do etilismo, drogadição, baixa renda, comorbidades, pessoa em situação de rua ou coinfeção TB/HIV, o que questiona como vem sendo realizadas ações que contribuam para o acesso nos serviços de saúde, principalmente por serem grupos de risco para o contágio da doença quando comparado com a população em geral, bem como a disponibilidade de incentivos, tais como cestas básicas e vale transporte, para o fortalecimento da adesão e controle da doença.

Durante a coleta, alguns profissionais relataram o crescente número de casos de abandono como um reflexo do atendimento, pela falta de incentivos para os doentes, a exemplo do apoio psicossocial, especialmente aos usuários de drogas, etilistas e em situação de rua, insuficiência de informações durante o tratamento e dificuldade de acompanhamento dos doentes de áreas não adscritas no território de cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF). Isto contrapõe os achados satisfatórios deste estudo para a dimensão vínculo, uma vez que, pelas falas dos profissionais, é possível identificar o impacto na APS na medida em que não consegue atender às suas responsabilidades

e resolutividades.

Questiona-se o modo que as unidades tem se articulado com a rede de apoio do município, em especial o NASF-AB e o consultório de rua, visto que suas ausências, na visão dos profissionais, dificultam o acompanhamento dos casos por uma equipe multiprofissional que desenvolva ações na comunidade e que exige a intersetorialidade e gestão compartilhada dos casos, uma vez que o município possui indicadores operacionais insatisfatórios, conforme supracitado.

Além disso, a doença ainda é reconhecida como negligenciada, particularmente pelas fragilidades das ações que deveriam ser voltadas para o enfrentamento dos determinantes sociais que a acompanham<sup>8</sup>, como os fatores socioeconômicos e culturais, condições de vida e de trabalho, disponibilidade de alimentos, seguridade social, comportamentos da população e barreiras para a adoção de um estilo de vida saudável<sup>25,26</sup>, por meio da melhoria dos serviços ofertados na RAS, a exemplo da ampliação dos atendimentos descentralizados que permitem a implementação do TDO e otimização do fluxo da referência e contrarreferência.

Um exemplo disto é a operacionalização do TDO, que poderia contribuir nas taxas de cura e abandono, além da disponibilidade de incentivos para a ampliação das possibilidades terapêuticas<sup>22</sup>, o que sugere a reorientação de modelos assistenciais praticados na realidade dos serviços de saúde da APS para o manejo dos casos de TB, visto que são os sujeitos adoecidos que sofrem com as fragilidades do sistema público com maior frequência e intensidade<sup>27</sup>.

A maioria dos profissionais durante a coleta de dados, afirmou que os doentes de TB aceitam o tratamento, mas que para isso é necessário a oferta de incentivos para o enfrentamento da doença e continuidade da terapêutica, bem como o enfoque na família e o controle de

contatos, os quais deveriam ser realizados pela eSF que, em muitos momentos da entrevista, possuíam discursos estigmatizantes contra a doença, além de não se sentirem responsáveis pelas ações de vigilância e controle da TB na comunidade, nas famílias e com os próprios doentes.

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), para a continuidade do tratamento, deve-se identificar e assegurar incentivos sociais aos doentes de TB<sup>28</sup>, o que foi observado em dois estudos que demonstram que a oferta de incentivos, tais como kits de café da manhã, cestas básicas e leite<sup>29,30</sup>, contribuem para a adesão ao tratamento da doença, considerando o estado sociovulnerável do doente de TB e sua família, bem como na própria condição do indivíduo.

No município, mesmo não sendo ofertados incentivos sociais aos doentes de TB, observou-se que alguns profissionais referiram que, por conta própria, se organizavam enquanto equipe para proporcionar um café da manhã a alguns doentes em tratamento, como uma oportunidade para a realização do TDO. Outros, o realizavam diariamente com transporte particular, especialmente para os casos diagnosticados como TB-DR, o que demonstra a preocupação com o vínculo, fortalecimento da confiança e inserção como parte integrante e responsável pelo cuidado do ponto de vista individual e coletivo.

Considerando os grupos operativos de doentes de TB como outras atividades de apoio à adesão<sup>28</sup>, observou-se no âmbito da APS a sua não realização, justificada por alguns profissionais por motivos de não adesão/comparecimento dos doentes aos dias do grupo, enfoque na saúde da mulher e criança, além da indisponibilidade de profissional para realizá-lo. Isto demonstra os entraves que permeiam o oferecimento de ações de educação em saúde individuais e coletivas, o que influencia

no acesso à informação, participação, troca de experiências e, conseqüentemente, no modo que o doente se insere e percebe seu protagonismo no processo saúde-doença.

O atendimento da equipe de saúde aos doentes de TB foi considerado satisfatório na perspectiva dos profissionais da eSF da APS do município. No entanto, durante as entrevistas, foi possível identificar em vários momentos que o atendimento “ótimo” se referia pelos profissionais técnicos/auxiliares de enfermagem e ACS ao realizado pelo enfermeiro ou médico, o que questiona como vem sendo desempenhado as atividades e ações de vigilância da eSF, a forma como os outros profissionais enxergam seu processo de trabalho, o quanto se sentem parte integrante da equipe e atuam como tal para justificar uma possível insatisfação, bem como a centralidade do cuidado baseado em aspectos biológicos e medicamentosos, contribuindo para as fragilidades do trabalho em equipe.

Ressalta-se que o trabalho em equipe dentro da proposta da ESF é importante para o fortalecimento e monitoramento das ações de controle da doença e, por conta de dificuldades no ambiente de trabalho, como a sobrecarga de trabalho, poucos espaços para processos de qualificação na perspectiva da educação permanente em saúde, associado ao modelo hegemônico e fragmentado de saúde, o processo de trabalho da equipe é afetado<sup>7</sup>.

Tais aspectos foram citados por alguns dos profissionais entrevistados, exceto pela frequência da oferta de capacitação das equipes da APS que, embora sejam ofertadas constantemente pelas secretarias (municipal e estadual) de saúde, alguns profissionais, principalmente técnicos, auxiliares de enfermagem e ACS, afirmaram que devido à sobrecarga de trabalho e atividades extramuros, não conseguiram participar destes espaços de aprendizagem e atualização, principalmente

para aqueles que possuem mais do que um vínculo empregatício, como acontece com a maioria dos profissionais no cenário estudado.

Estes profissionais identificam ainda, a necessidade de constantes atualizações e atividades de sensibilização sobre a TB, bem como a importância da educação em saúde, ao alegarem que a rotina promove a desatualização do manejo da TB e muitas vezes o “esquecimento” sobre a doença. Outros trazem que há um descaso e fragilidades no oferecimento destas atualizações para o controle da TB para todos os profissionais das unidades de saúde, como o fato de não serem liberados do serviço, de haver o enfoque somente no tratamento, e não na promoção da saúde e prevenção do agravado.

No entanto, questiona-se como vem sendo feito a multiplicação das capacitações dentro das equipes por aqueles que participaram, e o que fazem para mudar um modelo de atenção

muitas vezes pautado apenas no tratamento da doença. Vale ressaltar que mesmo sendo ofertado as capacitações para as eSF, o fato de apenas disponibilizar mais vagas para favorecer a inclusão de mais profissionais nos processos de qualificação, não irá resolver os desafios da TB, uma vez que ainda se observa a formação pautada no modelo flexneriano – fragmentado e centrado em aspectos biológicos e tecnicistas<sup>31</sup>.

Estas questões limitam o controle da TB nos serviços da APS, uma vez que ocorrem fragilidades no envolvimento dos profissionais junto às ações preconizadas pelo Programa de Controle da TB, por conta da atuação compartimentalizada e focada em um único profissional<sup>4</sup>, rotineiramente o enfermeiro, o que reflete em ações verticalizadas e centralizadas, considerando a quantidade de horas semanais das equipes da APS, extensas áreas territoriais, e o distanciamento entre a residência dos doentes e a unidade.

## CONCLUSÃO

Os resultados apontados neste estudo permitem analisar a qualidade do desempenho de ações de saúde e que existem situações dentro do manejo da TB na APS que caracterizam a existência do vínculo de uma forma geral, mas não homogêneo, na perspectiva dos profissionais de saúde. Embora a dimensão tenha sido categorizada como satisfatória, a experiência obtida nos campos e nas entrevistas, além dos indicadores epidemiológicos observados no município, apontam para uma divergência entre a percepção dos profissionais e o que de fato ocorre na prática.

Considerando a classificação regular em relação ao estigma por parte da família, colegas de trabalho e amigos, observou-se que nestes

casos, os profissionais respondiam as questões sem levar em conta uma autocrítica enquanto a persistência do estigma no tratamento nos dias atuais, evidenciando o olhar para o outro e não para si, o que dificulta mudanças no processo de trabalho das equipes de forma a potencializar as relações bilaterais.

Este estudo se limita por não ter avaliado as percepções dos doentes de TB e gestores, e pode ser complementado por estudos que incluam estas perspectivas, de forma a analisar as dificuldades e facilidades no acesso e adesão ao tratamento, afim de reconhecer que a TB afeta todos os aspectos de vida e que o foco do cuidado longitudinal deve estar subjacente a todos os outros fatores relacionados ao tratamento.

## REFERÊNCIAS

1. Pinheiro PGOD, Sá LD, Palha PF, Oliveira RCC, Nogueira JA, Villa TCS. Pontos de estrangulamento sobre o controle da tuberculose na atenção primária. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2017 [acesso em 13 fev 2020];70(6):1227-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0467>
2. Wysocki AD, Ponce MAZ, Brunello MEF, Beraldo AA, Vendramini SHF, Scatena LM, et al. Atenção Primária à Saúde e tuberculose: avaliação dos serviços. *Rev Bras Epidemiol* [Internet]. 2017 [acesso em 10 fev 2020];20(1):161-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700010014>
3. Marquieviz J, Alves IS, Neves EB, Ulbricht LA. A Estratégia de Saúde da Família no controle da tuberculose em Curitiba (PR). *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2013 [acesso em 05 fev 2020];18(1):265-271. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000100027>
4. Andrade RPS, Maia VF, Queiroz RF, Carreiro GSP, Villa TCS, Pinto ESG. Contribuição dos profissionais da atenção primária à saúde para o autocuidado apoiado aos portadores de tuberculose. *Rev Fund Care Online* [Internet]. 2016 [acesso em 05 fev 2020]; 8:4826-4832. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4857-4863>
5. Furlan MCR, Santos Júnior AG, Marcon SS. O vínculo com o profissional de saúde no tratamento de tuberculose: percepção dos usuários. *Rev enferm Cent-Oeste Min* [Internet]. 2017 [acesso em 13 fev 2020];7:e1934. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v7i0.1934>
6. Souza KMJS, Sá LD, Silva LMC, Palha P. Atuação da Enfermagem na transferência da política do tratamento diretamente observado da tuberculose. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2014 [acesso em 10 fev 2020];48(5):874-882. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-6234201400005000014>
7. Silva LT, Felipini MCC, Oliveira TB, Brunello MEF, Orfão NH. Perfil epidemiológico da tuberculose no serviço de referência do estado de Rondônia. *Rev Epidemiol Controle Infecç* [Internet]. 2019 [acesso em 02 fev 2020];9(1):48-54. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/reci.v9i1.12249>
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde; [Internet]. 2019. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/2019-009.pdf>
9. Ferreira MRL, Santos AA, Orfão NH. O vínculo no tratamento da tuberculose na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Rev Bras Promoç Saúde* [Internet]. 2019 [acesso em 08 set 2020];32:9540. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9540>
10. Brasil. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. [Internet]. 2018 [acesso em 08 set 2020]. Disponível em: <http://cnes.saude.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>
11. Starfield B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO; Ministério da Saúde; 2002. 726p.
12. Almeida C, Macinko J. Validação de uma metodologia de avaliação rápida das características organizacionais e o desempenho dos Serviços de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) em nível local. Brasília: OPAS; 2006
13. Villa TCS, Ruffino-Netto A. Questionário para avaliação de desempenho de serviços de atenção básica no controle da tuberculose no Brasil. *J bras pneumol* [Internet]. 2009 [acesso em 29 nov 2019];35(6):610-612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-37132009000600014>
14. Ponce MAS, Vendramini SHF, Santos MR, Santos MLSG, Scatena LM, Villa TCS. Vínculo profissional/doente no tratamento da tuberculose: desempenho da atenção básica em município do interior paulista. *Rev Lat-Am Enferm* [Internet]. 2011 [acesso em 29 nov 2019];19(5):1222-1229. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000500021>
15. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. [Internet] 2012; 12 dez. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
16. Figueiredo TMRM, Pinto ML, Cardoso MAA, Silva VA. Desempenho no estabelecimento do vínculo nos serviços de atenção à tuberculose. *Rev Rene* [Internet]. 2011 [acesso em 10 fev 2020];12:1028-35. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4408/3364>
17. Neves RR, Ferro PS, Nogueira LMV, Rodrigues ILA. Acesso e vínculo ao tratamento da tuberculose na atenção primária em saúde. *Rev Fund Care Online* [Internet]. 2016 [acesso em 10 fev 2020];8(4):5143-5149. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.5143-5149>
18. Nogueira JA, Oliveira LCS, Sá LD, Silva CA, Silva DM, Villa TCS. Vínculo e acesso na estratégia saúde da família: percepção de usuários com tuberculose. *Rev Rene* [Internet]. 2012 [acesso em 13 fev 2020];13(4):784-793. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11870/1/2012\\_art\\_janogueira.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11870/1/2012_art_janogueira.pdf)
19. Sousa TF, Souza FBA, Carvalho FC, Villa TCS, Ruffino-Netto A. Estratégia saúde da família e a construção do vínculo no controle da tuberculose pulmonar na Rocinha-RJ. *Rev Fund Care Online* [Internet]. 2015 [acesso em 04 fev 2020]; 7(2):2336-2348. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2015.v7i2.2336-2348>
20. Rocha DDS, Adorno RDCF. Abandono ou Descontinuidade do Tratamento da Tuberculose em Rio Branco, Acre. *Saúde Soc* [Internet]. 2012 [acesso em 13 fev 2020];21(1):232-245. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000100022>
21. Hino P, Takahashi RF, Bertolozzi MR, Egly EY. As necessidades de saúde e vulnerabilidades de pessoas com tuberculose segundo as dimensões acesso, vínculo e adesão. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2011 [acesso em 10 fev 2020];45(esp. 2):1656-1660. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800003>
22. Gomes ALC, Sá LD. As concepções de vínculo e a relação com o controle da tuberculose. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2009 [acesso em 04 fev 2020];43(2):365-372. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000200016>
23. Clementino FS, Miranda FAN. Tuberculose: acolhimento e informação na perspectiva da visita domiciliar. *Rev enferm UERJ* [Internet]. 2015 [acesso em 13 fev 2020];23(3):350-354. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2015.4289>
24. Lewis CP, Newell JN. Improving tuberculosis care in low income countries - a qualitative study of patients understanding of “patient support” in Nepal. *BMC Public Health* [Internet]. 2009 [acesso em 13 fev 2020];9:190. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-9-190>
25. Carvalho AI. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: Fundação Oswaldo Cruz. A saúde no Brasil em 2030 -

- prospecção estratégica do sistema de saúde Brasileiro: população e perfil sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013;2:19-38.
26. Ferreira MRL, Bonfim RO, Siqueira TC, Orfão NH. Abandono do tratamento da tuberculose: uma revisão integrativa. *Rev Enferm Contemp [Internet]*. 2018 [acesso em 04 fev 2020];7(1):63-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v7i1.1579>
27. Arakawa T, Magnabosco GT, Andrade RLP, Brunello MEF, Monroe AA, Ruffino-Netto A et al. Programa de controle da tuberculose no contexto municipal: avaliação de desempenho. *Rev Saúde Pública [Internet]*. 2017 [acesso em 13 fev 2020];51(23):1-9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006553>.
28. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Recomendações para o Controle da tuberculose no Brasil. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_recomendacoes\\_controle\\_tuberculose\\_brasil\\_2\\_ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil_2_ed.pdf)
29. Beraldo AA, Andrade RLP, Orfão NH, Silva-Sobrinho RA, Pinto ÉSG, Wysocki AD et al. Adherence to tuberculosis treatment in Primary Health Care: perception of patients and professionals in a large municipality. *Esc Anna Nery Rev Enferm [Internet]*. 2017 [acesso em 10 fev 2020];21(4):e20170075. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0075> [Artigo em português].
30. Vieira AA, Ribeiro SA. Adesão ao tratamento da tuberculose após a instituição da estratégia de tratamento supervisionado no município de Carapicuíba, grande São Paulo. *J bras pneumol [Internet]*. 2011 [acesso em 05 fev 2020];37(2):223-231. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-37132011000200013>
31. Sá LD, Gomes ALC, Nogueira JA, Villa TCS, Souza KMJ, Palha PF. Intersetorialidade e vínculo no controle da tuberculose na Saúde da Família. *Rev Lat-Am Enferm [Internet]*. 2011 [acesso em 10 fev 2020];19(2):09 telas. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt\\_22.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_22.pdf)

Recebido em fevereiro de 2020.  
Aceito em setembro de 2020.